

O Brasil pode contar com os bancos franceses

Reali Júnior, de Paris.

A má vontade do governo britânico em relação a uma ajuda crescente aos países do Terceiro Mundo mais endividados se deve, em alguns casos, a razões políticas. Pelo menos essa é a crença de alguns setores bancários franceses que participaram na terça-feira, em Londres, da reunião do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, com representantes de mais de 200 bancos internacionais.

Para algumas áreas financeiras francesas, um dos motivos pelos quais Margaret Thatcher é hostil a uma ajuda mais substancial ao Brasil foi a recusa do governo de Brasília em autorizar aviões britânicos em direção às Ilhas Malvinas a descerem no País.

É fato que a maior parte dos bancos ocidentais concordaram em conceder novos créditos de exportação ao Brasil, num total de 2,5 bilhões de dólares, enquanto houve grande resistência por parte da Grã-Bretanha.

Apesar da recomendação favorável do Banco da Inglaterra, cuja autonomia é ressaltada pelos meios bancários franceses como uma tradição britânica, o governo de Margaret Thatcher não parece disposto a participar do plano apresentado por Afonso Celso Pastore, acreditando que deve limitar sua participação ao reescalonamento das dívidas antigas brasileiras.

Essa posição política de Londres, favorável a uma orientação interna mais ortodoxa no Brasil, isto é, aumento de sacrifícios, se baseia na crença de que a Grã-Bretanha já ajudou suficientemente o Brasil, não só aceitando o reescalonamento da dívida, mas também no interior do FMI, quando da reunião de setembro, em que apoiou a solução de compromisso, que permitiu aos paí-

ses fortemente endividados a emprestar até 125% de sua cota.

Essa não é, entretanto, a posição francesa, cujo Banco da França e o próprio governo defendem uma posição mais generosa em relação aos países em desenvolvimento mais endividados. A mesma fonte reconhece que, na França, ainda existem reticências dos pequenos bancos em relação ao plano de recuperação econômica do Brasil, mas essa situação poderá ser superada.

Já entre os grandes bancos nacionalizados e mesmo na área governamental, a orientação transmitida por Jacques Délors, ministro da Economia, é no sentido de facilitar o acesso de países na situação do Brasil aos recursos indispensáveis para que possam encontrar uma saída rapidamente. Esse foi o sentido do discurso do presidente Mitterrand nas Nações Unidas e de sua intervenção na minirreunião de cúpula, organizada, paralelamente, pela primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi.

Ontem, em Paris, comentava-se, inclusive, que o ministro Delim Neto poderá viajar para a França na próxima semana, quando negociaria um pequeno pacote econômico, créditos de exportação, cujo valor seria mais simbólico, pois indicaria a boa vontade francesa de manter abertos os canais financeiros em direção ao Brasil.

Na própria área do Clube de Paris, cujo secretário-geral é o próprio diretor do Tesouro francês, Michel Candessus, há um desejo político de facilitar, na medida do possível, a renegociação da dívida pública brasileira, ou garantida por governos, embora a regra do silêncio impeça qualquer prognóstico sobre em que medida a proposta brasileira, nos itens referentes a prazos e juros, será aceita pelos participantes.